

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**ANA CAROLINA DA ROSA MACHADO**

**A CULTURA SURDA E AS ESCOLAS INCLUSIVAS**

**Jaguarão  
2018**

**ANA CAROLINA DA ROSA MACHADO**

**A CULTURA SURDA E AS ESCOLAS INCLUSIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em História.

Orientadora: Dra. Letícia de Faria Ferreira

**Jaguarão  
2018**

**ANA CAROLINA DA ROSA MACHADO**

**A CULTURA SURDA E AS ESCOLAS INCLUSIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em História.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dra. Letícia de Faria Ferreira  
Orientadora  
Universidade Federal do Pampa

---

Prof. Ms. Violeta Porto Moraes  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Esp. Daniel Lopes Romeu  
Universidade Federal de Pelotas

Dedico esta pesquisa à comunidade surda e às escolas inclusivas.

## **RESUMO**

Esta pesquisa se estrutura numa etnografia realizada com duas estudantes surdas, onde analiso o contexto escolar em uma instituição de ensino inclusiva situada no município de Arroio Grande. Identifico quais são as vivências dos sujeitos surdos na sociedade, principalmente nas suas escolas e famílias, assim como apresento um breve histórico do movimento surdo no Brasil e como a cultura, a comunidade e a identidade surda se constituíram.

Palavras-Chave: Surdo. Escola. Língua Brasileira de Sinais.

## **ABSTRACT**

This research is structured in an ethnography carried out with two deaf students, where I analyze the school context in an inclusive educational institution located in the city of Arroio Grande/RS. I identify the experiences of these deaf individuals in society, especially in their school and family environments. I also present a brief history of deaf movement in Brazil and how culture, community and deaf identity were formed.

Keywords: Deaf. School. Brazilian Sign Language.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

INES- Instituto Nacional de Educação de Surdos

D.A.- Deficiente Auditivo

PPP- Projeto Político Pedagógico

LOUS- Lei Orgânica de Assistência social

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 CULTURA SURDA, LIBRAS E ETNOGRAFIA.....</b>	<b>10</b>
<b>2.1 Cultura .....</b>	<b>11</b>
<b>2.2 Culturas Surdas .....</b>	<b>14</b>
<b>3 ONDE TUDO COMEÇOU? .....</b>	<b>19</b>
<b>3.1 Minha formação na área de Libras .....</b>	<b>21</b>
<b>4 EXPERIÊNCIAS COM A CULTURA SURDA NO ESTÁGIO E A PESQUISA DE CAMPO COM OS/AS ALUNOS/AS SURDOS .....</b>	<b>22</b>
<b>4.1 Experiências no estágio .....</b>	<b>22</b>
<b>4.2 O contato com as fontes .....</b>	<b>28</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>34</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>36</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é um momento de finalização de um ciclo na vida de um acadêmico; é com a monografia que nós, acadêmicos, podemos escrever e estudar um pouco sobre assuntos que são de nosso interesse pessoal e profissional. É importante salientar que temos pouco tempo para realizar a pesquisa, ou seja, sempre haverá temas que devíamos ter estudado e desenvolvido melhor no trabalho de conclusão de curso.

Este projeto é apenas um passo na tentativa de construção coletiva da conscientização da importância e da urgência de desenvolver mais empatia com os sujeitos surdos.

A escolha desta temática se deu por dois pontos principais: primeiro porque foi neste curso de Licenciatura em História, na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus de Jaguarão, que conheci a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e hoje posso dizer que esta será minha área de pesquisa. Apesar das diferentes temáticas que estudamos no curso, LIBRAS, um componente curricular obrigatório nos cursos de licenciatura, é uma das que me interessou muito e, com esta monografia, o desejo por conhecimento aumentou. O segundo ponto é a minha formação em tradução e interpretação em LIBRAS e Português. Por conseguinte, aproveitei a pesquisa para apresentar a importância do profissional dessa área.

O desenvolvimento deste trabalho começou a ser construído durante o Estágio Obrigatório I, um das disciplinas obrigatórias no curso de História. O estágio é realizado no ensino fundamental. Ao começar o estágio, soube que havia dois alunos surdos matriculados em uma turma de 9º ano, então imediatamente escolhi esta turma para realizar as práticas docentes. Justifico minha escolha por dominar a língua da comunidade surda brasileira e porque poderia desenvolver aulas bilíngues, ou seja, em português e na Língua Brasileira de Sinais. Organizei as aulas estruturadas no bilinguismo; oralizava e sinalizava. Lamentavelmente o esforço para essa inclusão dos alunos não era o suficiente, pois os surdos não compreendiam os sinais, demonstrando a ausência de conhecimento na sua primeira língua. Assim surgiram os questionamentos sobre a existência de inclusão nessa escola e se tais alunos identificavam-se como membros da comunidade surda.

Sendo assim, procuro analisar como uma pessoa surda desenvolve a cultura desse grupo e qual é o papel da escola na construção desta cultura. Partindo destes

questionamentos, realizo um trabalho etnográfico, estruturo o conceito de cultura baseado num contexto linguístico - o ato de compartilhar uma língua é uma construção cultural. Observo a escola que realizei o estágio, seus documentos da escola e as leis nacionais que determinam a estrutura que deve estar disponível para os alunos surdos. Durante a pesquisa estive junto com três surdos em entrevistas não formais, sendo duas jovens e um jovem. No decorrer dos encontros, percebi que a comunicação com o jovem não seria possível de ser realizada numa totalidade, uma vez que ele não sinalizava a Língua Brasileira de Sinais e utilizava gestos caseiros. Apesar deste fato, conversamos algumas vezes e apresento o contato com ele no segundo capítulo. Já com as duas surdas, a comunicação flui normalmente; com elas conversei diversas vezes e utilizo essas entrevistas para estruturar o trabalho.

No primeiro capítulo desenvolvo os seguintes pontos: a temática da etnografia, pois é o método de trabalho que utilizo; o conceito de cultura e de cultura surda, que um ponto principal no trabalho; e apresento uma breve história da educação de Surdos e a Língua Brasileira de Sinais.

No segundo e terceiro capítulo justifico o interesse por essa pesquisa de campo, já que, durante o estágio, ficou nítida ausência de inclusão na escola. Em tese, a “escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades.” (ARANHA, 2004, p. 07). Do mesmo modo, não identifico os alunos surdos apropriados de suas identidades, logo, analiso o contexto escolar e realizo entrevistas com os alunos surdos.

## 2 CULTURA SURDA, LIBRAS E ETNOGRAFIA.

Com objetivo de refletir sobre como uma pessoa se descobre surda, opto pela pesquisa etnográfica. A etnografia baseia-se em realizar pesquisa de campo, ou seja, na convivência entre o pesquisador e suas fontes, havendo modos de interação como: observações diretas, conversas formais e informais, entrevistas não diretas e outras maneiras. Sendo assim, escolhi como método encontros para conversas informais, o que foi realizado no decorrer do ano 2018. Contudo, minhas conversas começaram em 2017, quando realizei o estágio de ensino fundamental numa turma com dois alunos surdos, em razão de ser qualificada como intérprete de LIBRAS. O desejo para desenvolver essa pesquisa começou no estágio, porque, antes de lecionar como estagiária é obrigatório cumprir horas de observação no contexto escolar. Dessas observações surgiram os questionamentos: existe inclusão na escola? Os alunos surdos desenvolvem sua língua e cultura?

Assim como qualquer outro trabalho, a pesquisa etnográfica carece de estudos prévios, o que denominamos de teoria.

“A teoria e a prática são inseparáveis: o fazer etnográfico é perpassado o tempo todo pela teoria. Antes de ir a campo, para nos informarmos de todo o conhecimento produzido sobre a temática e o grupo a ser pesquisado; no campo, ao ser o nosso olhar e nosso escutar guiado, moldado e disciplinado pela teoria; ao voltar e escrever, pondo em ordem os fatos, isto é, traduzindo os fatos e emoldurando-os numa teoria interpretativa.” (URIARTE, 2012, p. 02).

Contudo, o campo pode surpreender o pesquisador e estes fatos inesperados são características da pesquisa. São acontecimentos que nos primeiros momentos parecem não ter explicação, todavia, com a investigação dos fatos é possível compreender o ocorrido.

“Por definição, a realidade superará sempre a teoria. Em outras palavras, o campo irá sempre surpreender o pesquisador. Sem cair em contradição, podemos afirmar que se um campo não nos surpreender, é porque não fomos o suficientemente em formados!” (URIARTE, 2012, p. 02).

O pesquisador precisa estar atento a todos os fatos, porque um mínimo detalhe pode alterar conclusões - uma das características do pesquisar é a o olhar investigador.

Assim, em palavras de Peirano,

“(...) a personalidade do investigador e sua experiência pessoal não podem ser eliminadas do trabalho etnográfico. Na verdade, elas estão engastadas, plantadas nos fatos etnográficos que são selecionados e interpretados. (2008, p. 3,4).”

Durante a pesquisa de campo, o pesquisar deve se distanciar o quanto for possível de sua cultura, porém sabemos que é impossível eliminar a cultura do pesquisador. Assim sendo, faz-se necessário olhar para comunidade com o mínimo de influência possível do meio de origem do pesquisador.

“A pesquisa etnográfica constituindo-se no exercício do olhar (ver) e do escutar (ouvir) impõe ao pesquisador ou a pesquisadora um deslocamento de sua própria cultura para se situar no interior do fenômeno por ele ou por ela observado através da sua participação efetiva nas formas de sociabilidade por meio das quais a realidade investigada se lhe apresenta.” (ROCHA & ECKERT, 2008, p. 02).

Portanto, o trabalho etnográfico está voltado para investigação e é exatamente o foco do meu trabalho, ou seja, investigar como um sujeito se descobre surdo e como se sente numa sociedade de maioria ouvinte, uma cultura diferente da maioria da população.

## **2.1 Cultura**

Visando trabalhar com o conceito de cultura surda, trato inicialmente de definir o conceito de cultura. Para tal, farei uma apresentação da estruturação deste conceito, uma vez que não há uma única definição de cultura.

Existe uma gama de autores que constroem este conceito de diversas maneiras. Uma destas determinações é a biológica, na qual as características culturais estão ligadas às suas estruturas genéticas e biológicas. Um exemplo de determinismo biológico: se os pais sabem tocar um instrumento musical, o filho também terá a mesma aptidão. Outro estudo famoso que une as características

físicas com a cultura e atitudes dos indivíduos é a teoria de Cesare Lombroso, que estuda as características físicas dos criminosos para determinar as características das pessoas que cometem algum crime. Como se as características físicas estivessem ligadas aos crimes cometidos.

“Muito contribuiu para afirmações deste tipo a divulgação da teoria de Cesare Lombroso (1835-1909), criminalista italiano, que procurou correlacionar aparência física com tendência para comportamentos criminosos. Por mais absurda que nos possa parecer, a teoria de Lombroso encontrou grande receptividade popular e, até recentemente, era ministrada em alguns cursos de direito como verdade científica. Em nossos dias o mau uso da sociobiologia tem exercido o mesmo papel.” (LARAIA, 2001, p. 24).

Todavia, para os antropólogos a cultura não apresenta ligação nenhuma com o contexto genético ou biológico, mas sim com o meio cultural que está inserida.

“Os antropólogos estão totalmente convencidos de que as diferenças genéticas não são determinantes das diferenças culturais. Segundo Felix Keesing, “não existe correlação significativa entre a distribuição dos caracteres genéticos e a distribuição dos comportamentos culturais. Qualquer criança humana normal pode ser educada em qualquer cultura, se for colocada desde o início em situação conveniente de aprendizado”. Em outras palavras, se transportar-nos para o Brasil, logo após o seu nascimento, uma criança sueca e a colocarmos sob os cuidados de uma família sertaneja, ela crescerá como tal e não se diferenciará mentalmente em nada de seu irmãos de criação.” (LARAIA, 2001, p. 09).

A língua é parte de uma cultura, logo a cultura faz parte de uma língua. Portanto, quando aprendemos uma língua, passamos a fazer parte de uma cultura. Laraia fala que a comunicação faz parte de uma cultura.

“Assim sendo, a comunicação é um processo cultural. Mais explicitamente, a linguagem humana é um produto da cultura, mas não existiria cultura se o homem não tivesse a possibilidade de desenvolver um sistema articulado de comunicação oral.” (LARAIA, 2001, p. 28).

Laraia, na citação anterior, afirma que o homem necessita de uma língua oral para que exista uma cultura, mas a língua de sinais possui status linguístico, apesar de ser uma língua espaço-visual. Sendo assim, a LIBRAS estrutura uma comunicação, logo, produz a cultura surda.

“(…) a LIBRAS possui os mesmos valores linguísticos que as línguas orais, por exemplo o caso de empréstimos de outra língua- fenômeno recorrente

nos sistemas linguísticos. Há, porém, parâmetros que a distinguem das línguas orais, como a modalidade linguística espaço-visual, as marcas para formalidade e informalidade e outros.” (SILVA, 2010, p.11).

Isto posto, é errado utilizar linguagem de sinais, uma vez que é a língua de sinais não é algo que nascemos sabendo, pois a linguagem é um meio de comunicação natural do indivíduo, ou seja, ninguém lhe ensinou. Por exemplo, o choro - ninguém nos ensina a chorar. Silva (2010) apresenta o seguinte conceito de linguagem:

“(…) poderíamos dizer que a linguagem é um dispositivo que já está acoplado na mente humana desde o nascimento, e que esse dispositivo deve ser acionado pelos estímulos externos para poder desenvolver a língua. A linguagem é uma função mental superior; sendo assim, é de natureza muito mais individual; enquanto língua, opostamente não está instalada no cérebro humano, mas está no seio da sociedade e por isso precisa ser adquirida. Dessa forma, a Libras não pode ser chamada de “linguagem de sinais”, considerando que, se assim fosse, todos seríamos sinalizadores, e isso não acontece. Podemos concluir que a Libras deve ser aprendida e, se será aprendida, significa que ela é externa a nós, ela é social, portanto, é língua.” (SILVA, 2010, p. 18).

Assim, precisamos ressaltar que a Língua Brasileira de Sinais é a língua oficial da comunidade surda, sendo que é a primeira língua do sujeito surdo e sua segunda é o português escrito. LIBRAS é a segunda língua oficial do Brasil de acordo com a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002. A sanção desta lei fortalece a comunidade surda e suas lutas nacionais. Silva destaca que:

“Um dos documentos legais que contempla a sigla Libras é a Lei Federal n. 10.436/2002 (BRASIL/2002b), que oficializou a língua no Brasil. A partir dessa aprovação, a Libras passou a ser aceita como língua usual da comunidade surda. Ter uma lei que oficialize um idioma em um país é muito importante, pois demonstra o reconhecimento social sobre ele, visto que as minorias linguísticas (imigrantes, índios) relatam experiências de segregação e preconceito, já que sua forma de expressão não é a mesma da maioria social.

Nesse sentido, deve-se travar uma luta pelo reconhecimento linguístico de tais minorias. Para que isso ocorra, há que se percorrer um longo caminho, que vai desde agregar pessoas até convencer políticos a planejar ações disseminadoras. No caso de Libras, essa conquista só foi possível mediante a congregação dos surdos em prol dessa causa, e pelo fato de muitos pesquisadores terem se empenhado para angariar conhecimentos que comprovassem o valor linguístico dessa língua.” (SILVA, 2010, p. 19-20).

Portanto, cultura são símbolos. Por exemplo, uma faixa preta significa luto, mas em outra cultura o significado poder ser diferente. Assim como temos o significado das roupas e suas cores, são símbolos que foram estruturados culturalmente.

“A segunda abordagem é aquela que considera cultura *como* sistemas estruturais, ou seja, a perspectiva desenvolvida por Claude Lévi-Strauss, que define cultura como um sistema simbólico que é uma criação acumulativa da mente humana. O seu trabalho tem sido o de descobrir na estruturação dos domínios culturais — mito, arte, parentesco e linguagem — os princípios da mente que geram essas elaborações culturais.” (LARAIA, 2001, p. 29).

Cultura é aprendizagem e pertencimento. Assim sendo busco na minha pesquisa investigar como o sujeito surdo se encontra como pertencente à uma cultura surda, totalmente esquecida e oprimida por uma cultura ouvinte dominante.

## 2.2 Culturas Surdas

Existe uma cultura surda? Sim, é a maneira que o sujeito surdo caminha nesta sociedade majoritariamente ouvinte. “(...) a cultura surda como espaço de contestação e de constituição de identidade e diferenças que determinam a vida de indivíduos e populações.” (KARNOPP, KLEIN & LUNARDI-LAZZARIN, 2011, p. 18)

A população surda apresenta uma história, porém, assim como as demais minorias, apresenta pouca visibilidade social e midiática. Sendo que um dos pressupostos do trabalho é proporcionar mais visibilidade à comunidade surda, apresento uma breve historiografia do povo surdo do ano de 1880 até atualidade, contudo é importante salientar que a História dos Surdos começa na Antiguidade, com referências filosóficas de antes de Cristo (a.C.). No ano de 470 a.C. havia a crença que a falta de audição estaria vinculada a um castigo divino.

“Na Roma não perdoavam os surdos porque achavam que eram pessoas castigadas ou enfeitiçadas, a questão era resolvida por abandono ou com a eliminação física – jogavam os surdos em rio Tiber. Só se salvavam aqueles que do rio conseguiam sobreviver ou aqueles cujos pais os escondiam, mas era muito raro – e também faziam os surdos de escravos obrigando-os a passar toda a vida dentro do moinho de trigo empurrando a manivela.” (STROBEL, 2009, p. 17).

Já na Idade Média os direitos como cidadãos eram anulados, eles não recebiam heranças e muitos tinham os corpos queimados em fogueiras.

“Aos surdos eram proibido receberem a comunhão porque eram incapazes de confessar seus pecados, também haviam decretos bíblicos contra o casamento de duas pessoas surdas só sendo permitido aqueles que recebiam favor do Papa.” (STROBEL, 2009, p. 19).

A Idade Moderna é marcada por sinalização e oralização, havendo intelectuais que defendiam os dois pontos de vistas. Os dois métodos poderiam ser utilizados conjuntamente, sem a prevalência de apenas um, mas na maioria das vezes a oralização era defendida por ouvintes. Neste período, a história da educação de surdos é marcada por um educador que ficou conhecido por ser o “Pai dos Surdos” - Abade Charles Michael de L’Epée (1712-1789), francês estudioso dos sinais, divulga e estuda na França a Língua de Sinais.

“Uma pessoa muito conhecida na história de educação dos surdos, o abade Charles Michel de L’Epée (1712-1789) conheceu duas irmãs gêmeas surdas que se comunicavam através de gestos, iniciou e manteve contato com os surdos carentes e humildes que perambulavam pela cidade de Paris, procurando aprender seu meio de comunicação e levar a efeito os primeiros estudos sérios sobre a língua de sinais. Procurou instruir os surdos em sua própria casa, com as combinações de língua de sinais e gramática francesa sinalizada denominado de “Sinais metódicos”. L’Epée recebeu muita crítica pelo seu trabalho, principalmente dos educadores oralistas, entre eles, o Samuel Heinicke.

Todo o trabalho de abade L’Epée com os surdos dependia dos recursos financeiros das famílias dos surdos e das ajudas de caridades da sociedade.

Abade Charles Michel de L’Epée fundou a primeira escola pública para os surdos “Instituto para Jovens Surdos e Mudos de Paris” e treinou inúmeros professores para surdos.” ( STROBEL, 2009, p.22).

L’Epée também inaugura a primeira escola pública para surdos na cidade de Paris, o Instituto para Jovens Surdos e Mudos de Paris, instituição que apoiava a comunicação através da língua visual-espacial.

Na Inglaterra, no ano de 1760, Thomas Braidwood funda uma escola inglesa para o povo surdo que idealizava a oralização e a leitura labial. “Thomas Braidwood abre a primeira escola para surdos na Inglaterra, ele ensinava aos surdos os significados das palavras e sua pronúncia, valorizando a leitura



orofacial”.(STROBEL, 2009, p. 22). Demonstrando assim, dois seguimentos extremamente diferentes na Europa.

No ano de 1855, chega ao Brasil o professor francês Eduardo Huet, solicitando ao Imperador Dom Pedro II o apoio para criação de uma escola especializada na educação de surdos. Os educadores europeus desejavam difundir e progredir com o ensino dos surdos, por isso educadores da área fizeram propostas em diversos países. O imperador brasileiro aceitou e colaborou com o professor Huet. Então no ano 1857, na cidade do Rio de Janeiro, através da Lei nº 939 ou 839<sup>1</sup>, no dia de 26 de setembro foi promulgada a criação da primeira escola de jovens surdos do Brasil. Hoje este espaço de educação atende aproximadamente 600 pessoas. Durante sua longa trajetória, o Instituto apresentou alguns nomes institucionais, mantendo o objetivo de atender à comunidade surda do Brasil. Entre os nomes temos: Collégio Nacional para Surdos-Mudos; Imperial Instituto para Surdos-Mudos; e o hoje, Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Qual significado do ano de 1880? É neste ano que ocorre a total opressão ao povo surdo. Ocorreu em Milão, na Itália, o Congresso Internacional de Surdez-Mudez, que define por votação que nas escolas de surdos é proibida a utilização da língua de sinais e que a oralização é o método adequado e permitido para o ensino-aprendizagem do aluno surdo.

“Realizou-se Congresso Internacional de Surdo-Mudez, em Milão – Itália, onde o método oral foi votado o mais adequado a ser adotado pelas escolas de surdos e a língua de sinais foi proibida oficialmente alegando que a mesma destruíria a capacidade da fala dos surdos, argumentando que os surdos são “preguiçosos” para falar, preferindo a usar a língua de sinais. O Alexander Graham Bell<sup>2</sup> teve grande influência neste congresso. Este congresso foi organizado, patrocinado e conduzido por muitos especialistas ouvintes na área de surdez, todos defensores do oralismo puro (a maioria já havia empenhado muito antes de congresso em fazer prevalecer o método oral puro no ensino dos surdos). Na ocasião de votação na assembleia geral realizada no congresso todos os professores surdos foram negados o direito de votar e excluídos, dos 164 representantes presentes ouvintes, apenas 5 dos Estados Unidos votaram contra o oralismo puro.” (STROBEL, 2009, p. 26).

---

<sup>1</sup>Não há o número exato da lei devido à divergência dos registros históricos.

<sup>2</sup> Professor de surdo, sua mãe e esposa eram surdas.

É preciso ratificar que o povo surdo, até o referido Congresso, estava em amplo desenvolvimento linguístico e cultural, portanto, este evento foi um enorme retrocesso na educação e na socialização da comunidade.

Assim como em todos os países do mundo, após o Congresso que ocorreu entre os dias 6 a 11 de setembro de 1880, a Língua Brasileira de Sinais estava proibida, porém os alunos utilizam a mesma nos corredores das escolas de surdos e, muitas vezes, recebiam castigos físicos por utilizar da sua língua materna. No dia 6 de julho de 1957, o então presidente da república, Juscelino Kubitschek, pública a Lei nº 3.198 que retifica o nome do Instituto Nacional dos Surdos-Mudos, sendo agora nomeado como Instituto Nacional de Educação de Surdos.

É apenas uma pequena alteração no nome da instituição? Não. Não se trata apenas de uma simples alteração de nomenclatura; por trás está uma árdua movimentação da comunidade surda, pois sujeitos surdos não são mudos. Quando nos comunicamos com um sujeito surdo não ouvimos nem um som? Ouvimos, sim. Portanto, percebemos que estes possuem voz, logo, não são mudos.

Nossa sociedade sabe como denominar as pessoas que não escutam? Mudos, mudinhos, deficientes auditivos, Deficiente Auditivo, OU surdo? A nomenclatura adequada é surdo. São consideradas desrespeitosas outras maneiras de mencionar pessoas com ausência e/ou perda de audição.

“No caso das pessoas que não podem ouvir, há algumas alternativas de tratamento que podem denotar a consideração social a respeito de sua condição. É o caso do termo “deficiente auditivo” ou “D.A”.

Quando usamos esse termo para nos referirmos a uma pessoa, estamos invocando aquilo que ela não tem, aquilo que lhe é deficiente, estamos destacando o que há de ausente naquela pessoa, aliás, não estamos vendo-a pessoa, mas a informação que mais nos importa é a sua patologia e/ou sua condição clínica” (SILVA, 2010, p. 13).

Na atualidade, muitos sujeitos surdos ficam magoados e consideram uma ofensa ser chamado de mudo, mudinho ou surdo-mudo. Essa luta é por respeito enquanto indivíduo surdo e usuário da língua de sinais. “Nesse sentido também deixam de ser válidos termos como “surdo-mudo” ou “mudinho”, pois, além de pejorativos, não estão em sintonia com o que já é socialmente aceito, a condição de não ouvir”. (SILVA, 2010, p. 13).

Deste modo, podemos perceber, mais uma vez, que nossa língua é muito preconceituosa. Assim, outros termos que utilizamos e, apesar de que não estarmos cientes, estamos sendo depreciativos com algum grupo. Por exemplo, a expressão “deixar tudo as claras”, como se as coisas escuras não fossem boas. Logo, um dos principais objetivos do trabalho é evidenciar a importância da comunidade surda e conscientizar os cidadãos.

Karin Strobel defende que a história dos surdos apresentam três momentos básicos: o primeiro, Revelação Cultural, é o período onde os sujeitos surdos desenvolvem suas atividades de escrita e profissional normalmente; o segundo, Isolamento Cultural, sendo o período após o Congresso de Milão, que o povo surdo é totalmente oprimido e sua cultura esquecida pela sociedade; e o terceiro e último momento, O despertar Cultura, que após muitos anos de opressão da língua de sinais, na década de sessenta, transborda as barreiras opressoras e luta por uma visibilidade, o que temos até os dias atuais.

A luta da comunidade surda no final do século XX resultou na sanção de leis que garantem a acessibilidade dos surdos, sendo importante lembrar que, durante esta luta por direitos, ocorrem diversos congressos e caminhadas.

“Os anos 90 do século XX podem se lembrados como o tempo da mobilização e do fortalecimento dos movimentos surdos no Brasil Os surdos gaúchos, em parceria com pesquisadores da área da Educação de Surdos, mobilizaram-se e engajaram-se nas lutas que, naquele momento, privilegiavam a necessidade de reconhecimento da língua de sinais como primeira língua dos surdos. Várias mobilizações, como passeatas, atos públicos em parlamentos e nas ruas. Articuladas por associações e escolas de surdos marcavam os calendários das escolas e entidades representativas de surdos, familiares e educadores.” (THOMA& KLEIN, 2010, p. 110).

Portanto, temos um movimento social de luta pela equidade da comunidade surda no Brasil e no mundo. O mês de setembro, chamado de “setembro azul” marca no calendário mundial a importância da valorização da cultura surda. A cor azul é utilizada porque nos campos de concentração era colocado um laço azul na manga das pessoas com deficiências.

“(…) um fato macabro e triste na história mundial, instaurada e fomentado no período pós-guerra, com o discurso nazista de Adolf Hitler em busca da raça humana “pura”. Conhecemos bem essa desumanidade e perversidade histórica, mas talvez não seja do conhecimento de muitos que, além dos

judeus, os surdos também foram alvo de genocídio.” (GESSER, 2009, p. 70).

As associações de surdos apresentam um papel importante na interação entre os surdos. A associação mais próxima que temos de Jaguarão e Arroio Grande é no município de Pelotas, local que representa apoio social e cultural do sujeito surdo propriamente dito, bem como de seus familiares. “(...) os movimentos surdos lutaram pela surdez como diferença cultural como as políticas educacionais tencionaram discussões (...)” (KARNOPP, KLEIN & LUNARDI-LAZZARIN, 2011, p. 23).

Com este capítulo, construímos um breve conhecimento dos conceitos que serão necessários para o desenvolvimento dos próximos capítulos. Sabemos que uma pessoa surda possui uma língua a ser desenvolvida e, como parte da cultura surda temos a língua de sinais. A história do povo surdo está sendo construída há muitos anos e, no Brasil, o principal marco foi a oficialização da Língua de Sinais, que fortalece a comunidade surda e conseqüentemente as associações e as escolas de surdos.

### **3 ONDE TUDO COMEÇOU?**

Foi dentro da universidade que despertei o desejo de pesquisar a Língua de Brasileira Sinais e os sujeitos surdos. A obrigatoriedade do componente curricular “Língua Brasileira de Sinais” em todas as licenciaturas e cursos de fonoaudiologia no Brasil é fruto da luta da comunidade surda por mais equidade linguística. Esta mobilização da comunidade surda resultou na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Além deste artigo, possui mais cinco artigos. Foi sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Lembro com clareza minha primeira aula de LIBRAS no primeiro semestre de 2015, quando estava matriculada no terceiro semestre do curso de licenciatura em História na Universidade Federal do Pampa, campus de Jaguarão/RS. Um professor surdo e eu respondendo errado a uma questão. A pergunta era qual o termo correto surdo, surdo-mudo, mudo ou mudinho e, sim, respondi errado. Hoje posso considerar que minha monografia seja uma ferramenta para que outras pessoas não utilizem o termo errado, como fiz um dia.

As aulas de LIBRAS no curso de História, na UNIPAMPA, foram ocorrendo e o desejo por conhecimento na área foi aumentado, mas, o principal fomento por conhecimento foram todas as contradições que encontrei entre os conhecimentos desenvolvidos na sala de aula e a realidade da universidade.

A lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2002, garante que não exista nenhuma barreira na comunicação entre surdos e ouvintes, portanto, a instituição deveria contar com um tradutor intérprete de LIBRAS, profissão esta que é regularizada pela Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Porém, o que está na lei não acontecia na universidade, e a ausência deste profissional fez com que o desejo por conhecer esta língua triplicasse. Estudava durante horas na *internet*, adquiri livros, treinava horas na frente do espelho e procurava manter contato com o professor surdo, pois, como em qualquer outra língua, o ideal é desenvolver diálogos com os nativos.

O tempo foi passando e o meu conhecimento de LIBRAS gradativamente crescendo. Logo acabei sendo uma auxiliar na comunicação entre o professor surdo e a universidade, traduzindo reuniões e outras atividades. Até novembro de 2016 não havia um profissional lotado na nossa universidade, mas após a nomeação da interprete para campus Jaguarão, meu trabalho voluntário foi sumariamente proibido pela direção do campus.

Contudo, esta experiência e meus estudos proporcionaram, no ano de 2016, a aprovação no processo seletivo no Instituto Federal Sul Rio Grandense (IFSUL), campus de Pelotas, e meu ingresso na turma do Curso de Capacitação de Tradutores e Intérpretes do Instituto. Este curso foi proposto devido à ausência de profissionais intérpretes na região. Os idealizadores são os servidores no IFSUL, que fazem parte da comunidade surda.

“Considerando a emergência de profissionais habilitados nesta área, os servidores do Instituto Federal do Rio Grande do Sul- IFSUL, professor Diogo Madeira, os Tradutores/Intérpretes de língua de sinais, e o técnico administrativo Jean Michel Carrett, organizaram um projeto propondo um curso de capacitação para formação de Tradutores e Intérpretes de Libras.” (MADEIRA, 2018, p. 234).

Estes fatos justificaram meu interesse em desenvolver um trabalho de conclusão de curso na área de LIBRAS e pessoas surdas, com o objetivo de mostrar que as pessoas surdas possuem história e é uma minoria pouco reconhecida na

nossa sociedade, resultando no pouco reconhecimento até mesmo dentro da nossa universidade.

No ano de 2017, a instituição, através de um grupo formado pelo professor surdo, professor do curso de pedagogia, a intérprete do campus e alunos quebraram uma barreira entre a universidade e a sociedade jaguareense ao organizarem o projeto “InLibras”, que buscou os indivíduos surdos que residem no município de Jaguarão, mapeando o número de surdos e convidando-os para participar de um projeto denominado “Libras para comunidade Surda”. Eu fui uma das alunas envolvida no projeto. O projeto continua sendo desenvolvido dentro da universidade no ano corrente, porém, não estou participando do mesmo, por motivos profissionais.

### **3.1 Minha formação na área de LIBRAS**

O que minha formação em tradução e interpretação em LIBRAS influencia de fato nesta monografia? Meus objetos de pesquisa são usuários da língua, portanto me propicia total entendimento dos discursos e narrativas informados pelos sujeitos surdos, facilitando a tradução da língua de sinais para o português escrito.

No curso de capacitação aprendemos técnicas de tradução/interpretação e análise do discurso, conhecimentos específicos no momento de transformar uma língua na outra. Além destes conteúdos, estudamos a construção e o desenvolvimento da comunidade surda, logo, faço parte desta comunidade por possuir formação da área da tradução, apesar da pouca experiência.

De modo geral, a pesquisa que estou propondo envolveria no trabalho de campo três pessoas: o pesquisador, o intérprete e os entrevistados. E a interpretação do discurso se modifica na transformação de uma língua para outra, ou seja, informações são modificadas, o que poderia alterar os resultados da pesquisa. Porém, essas alterações não são drásticas, não alterando brutalmente os resultados, mas, são alterações.

Assim, a importância da formação como intérprete é o contato direto com a fonte. Não foi necessário uma terceira pessoa analisar o discurso das fontes, portanto nesta pesquisa existe o contato direto entre pesquisadora e as fontes.

## 4 EXPERIÊNCIAS COM A CULTURA SURDA NO ESTÁGIO E A PESQUISA DE CAMPO COM OS/AS ALUNOS/AS SURDOS

### 4.1 Experiências no estágio

Realizei a disciplina de Estágio Obrigatório I - Ensino fundamental no segundo semestre de 2017. Neste momento iniciou-se o contato com as minhas fontes. Realizei uma análise do cotidiano dos alunos surdos Amanda<sup>3</sup> e Carlos<sup>4</sup>, matriculados na escola, e da documentação do educandário. Também obtive conversas com a aluna surda Amanda e com a surda Bia<sup>5</sup>; a surda Bia não frequenta a escola municipal. O objetivo da pesquisa era conhecer a visão de um surdo numa sociedade majoritariamente ouvinte.

A escola onde fiz o estágio situa-se no município de Arroio Grande, no estado do Rio Grande do Sul. A cidade está localizada no extremo sul, ficando aproximadamente 344 km da capital Porto Alegre, com aproximadamente 18 mil habitantes. O educandário historicamente se construiu com o apoio da comunidade, tendo como mantenedora a prefeitura municipal.

No decorrer dos anos, apesar de distante no centro da cidade, a escola começa a receber alunos de outros bairros e, assim, é considerada municipalmente extremamente inclusiva. A escola é considerada especializada no atendimento de alunos surdos, ou seja, as crianças surdas são direcionadas ao educandário até o término do ensino fundamental.

O quadro funcional da escola era formado por sete funcionários e vinte e dois professores. De acordo com informações do ano de 2016, a escola atende duzentos e dezenove alunos. Deste total apenas três são surdos; um aluno na educação infantil e dois no ensino fundamental. Os dois surdos do ensino fundamental foram meus alunos durante o período de Estágio Obrigatório I.

Além da análise física e do cotidiano da escola, obtive um breve contato com o Projeto Político Pedagógico (PPP), documento oficial da escola que trata de todas as atividades da mesma. O principal item deste documento para pesquisa é

---

<sup>3</sup> O nome fictício, para preservar a identidade dos sujeitos envolvidos da pesquisa

<sup>4</sup> Idem

<sup>5</sup> Idem

“Atendimento com Intérprete de Libras: A escola atende alunos portadores de Deficiência Auditiva, que estão matriculados em séries regulares do Ensino Fundamental ( 2 alunos no 8º ano). Estes alunos são atendidos pelas professoras Maria<sup>6</sup> e Bruna<sup>7</sup>, que realizam um trabalho de intérprete em parceria com os professoras regulares responsáveis pelas turmas.” (GRANDE, 2016, p. 07)

É possível concluir que o PPP não estava atualizado, porque, quando realizei a pesquisa, os alunos estavam no 9º ano, e o documento informam que os mesmo estavam no 8º ano.

Partindo da interpretação do documento, esta escola proporcionaria total inclusão destes surdos e principalmente uma comunicação formidável entre alunos surdos e professores. Deste modo, concluímos que o educandário atende à legislação brasileira, eliminando as barreiras de comunicação e proporcionando a utilização da língua materna do povo surdo, a LIBRAS.

De acordo com o PPP, a instituição apresenta uma filosofia escolar que facilita a inclusão, como: educador e educando em busca da realização pessoal; ambiente acolhedor e responsável; atendimento aos alunos especiais; professor construir uma sociedade mais justa e buscando uma relação entre pais e professores.

Utilizei, durante as observações das aulas de história, “O método etnográfico” apresentado por Urpi Montoya Uriarte, no artigo “O que é fazer etnografia para os antropólogos”, no qual o contato direto é com as fontes estudadas, com objetivo de entender a realidade das mesmas. Nas palavras do autor,

“É uma forma de nos aproximarmos da realidade que nos propomos estudar e entender. Se quisermos entender a vida urbana na cidade de Salvador, por exemplo, as possibilidades metodológicas são várias: podemos selecionar um grupo particular de nativos urbanos e estudá-los.” (URIARTE, 2012, p. 11).

As primeiras observações ocorreram no mês de março de 2017 e as últimas no mês de novembro de 2017, sendo a segunda fase a do conceito de “mergulho” desenvolvido por Uriarte. Segundo o autor, a fase de observações é dividida em três partes nesse processo de estudos: a primeira, estudos prévios; a segunda, o

---

<sup>6</sup> O nome fictício, para preservar a identidade dos sujeitos envolvidos da pesquisa

<sup>7</sup> Idem



“mergulho”, o contato direto com o objeto; a terceira, o ato de escrever os resultados das observações.

“Esse “modo de acercamento” ou “mergulho” tem suas fases. A primeira delas é um mergulho na teoria, informações e interpretações já feitas sobre a temática e a população específica que queremos estudar. A segunda fase consiste num longo tempo vivendo entre os “nativos” (rurais, urbanos, modernos ou tradicionais); esta fase se conhece como “trabalho de campo”. A terceira fase consiste na escrita, que se faz de volta para a casa.”(URIARTE, 2012, p. 11).

Nestas observações escolares encontrei quatro pessoas importantes para o desenvolvimento desta pesquisa: primeiramente os alunos surdos Amanda e Carlos, a professora de História e a auxiliar de comunicação, professora Maria.

Antes de começar minhas observações, conversei informalmente com a professora Maria, que me informou que o concurso realizado por ela não é para área de interpretação de LIBRAS e, de fato, é apenas uma auxiliar na comunicação. Concluí que Maria não apresenta fluência em LIBRAS, que existe uma contradição entre as nomenclaturas utilizadas no PPP da escola e o papel de Maria na sala de aula. Aumentando as contradições burocráticas, no quadro funcional do município não existe a vaga específica de tradutora e intérprete de LIBRAS.

O primeiro passo para as observações a serem realizadas na escola é a parte dos documentos, ou seja, burocracia. Primeiramente me apresentei como aluna da universidade, com a carta de apresentação, e após ser aceita pela escola, os contratos são assinados. Foi a partir deste momento que começo as observações e na sequência lecionar. Conheci os espaços da escola para depois começar a desenvolver as atividades em sala de aula, quando realizei as observações da turma do 9º ano. Lamentavelmente não arqueei todas as datas em que realizei as observações em sala de aula, contudo, o primeiro dia foi 15 de março de 2017. Sentei no fundo da aula e minhas anotações de campo durante este período são as seguintes: primeiramente observei a ausência do intérprete de LIBRAS e de estrutura visual para melhor comunicação com os alunos surdos Amanda e Carlos. Neste primeiro contato com a turma, a professora me apresentou como professora de LIBRAS e a retifiquei, afirmei que estava na escola como estagiária do curso de História.

Na sequência a professora fez um discurso justificando a ausência de inclusão, afirmando que não conhecia a língua dos dois alunos “surdos-mudos”; ela utilizou este termo totalmente equivocado que comprovou sua total falta de conhecimento na área, assim como declarou que a falta de comunicação com os alunos é responsabilidade dos governantes. No momento não fiz nenhum questionamento - estava apenas escutando, não interferi. Contudo a professora me fez algumas perguntas, não lembro exatamente a formulação destas, mas era sobre a falta de apoio do governo nas políticas públicas de inclusão. Concordei com o que ela havia argumentado na tentativa de não interferir, apesar de identificar que todo o discurso de ausência de inclusão era fruto da minha presença em sala de aula.

Neste dia, a professora Maria, que auxilia na comunicação dos dois alunos surdos, não estava presente. As observações a respeito dos alunos surdos na interação em sala de aula são as seguintes: os alunos surdos estão em classes separadas, muitas vezes ficavam de costas para professora; lembrando que a comunicação visual para os surdos é primordial. O tema da aula deste dia era “O que é história?”. A definição foi retirada do livro didático e, durante toda temática proposta pela professora, os alunos surdos estavam alheios ao conteúdo, uma vez que a aula é desenvolvida por oralização e não havia nenhuma comunicação visual entre alunos e conteúdo.

Em outra aula de História, a professora desenvolveu a temática do machismo na sociedade. Mais uma vez os alunos surdos estavam sem a auxiliar de comunicação; estavam sentados juntos, com uma terceira classe vazia, pois na aula anterior a auxiliar na comunicação estava presente. Como não havia livros para todos os alunos, a professora resolveu copiar no quadro branco. Os alunos no geral começaram a conversar muito, até que a professora avisa que vai ditar. Neste momento minha expressão facial deve ter gritado “inclusão já”. Ela me olhou e questionou se aquela situação seria possível mesmo com dois alunos surdos; respondi mesmo sabendo que estava ali somente como uma observadora - afirmei que não era possível. Logo a docente resolveu a situação disponibilizando uma fotocópia das páginas ditadas para os alunos surdos, exaltando que ela deveria pagar a cópia dos alunos, deixando os alunos surdos mais uma vez isolados e sem atividade, visto que já tinham a cópia do conteúdo que os colegas estavam copiando através do ditado. Consequentemente os alunos surdos ficaram sinalizando assuntos sem contexto com o tema proposto na sala de aula.

Com o retorno da professora Maria, que na documentação da escola é nomeada como intérprete, quero aqui demonstrar o papel fundamental que ela desenvolve. Como a professora que ministra as aulas de História também ministra as de Geografia, os alunos Amanda e Carlos estavam no caderno de Geografia. Apenas com a chegada da auxiliar que os alunos organizam seus materiais.

Em outras oportunidades em que observei as aulas de História do 9º ano, o contexto escolar vivenciado pelos alunos surdos não se alterou das narrações anteriores: ausência do intérprete, oralização como a base da aula e as questões que ficam para serem realizadas como tarefa de casa nunca são passíveis de entendimento para os alunos surdos, pois a correção sempre é realizada oralmente e estes fatos não atingem o cotidiano escolar, portanto, confirma a negligência da escola.

Demonstro com imagens o modo como os alunos surdos estão dispostos na sala de aula e comprovo que não existe a transformação da língua oral para língua de sinais.

Assim como a universidade por muitos anos negligenciou o direito do sujeito surdo de receber uma comunicação na sua língua nativa, a escola municipal de Arroio Grande, que apesar de ser referência na educação de surdos, também negligencia as leis de inclusão.

“Ficaram evidentes na pesquisa a inexistência do profissional intérprete de língua de sinais nesses espaços escolares e frágil formação dos professores, que a pouca ou o desconhecimento da língua de sinais para se comunicar com os alunos surdos.” (THOMA & KLEIN, 2010, p. 121).

Portanto, concluí que na escola municipal de Arroio Grande a ausência do profissional intérprete faz com que os alunos surdos não acompanhem os conteúdos na sala de aula (demonstro nas fotos como também são excluídos das atividades), e que a carência de capacitações dos professores faz com que aumente a reprovação destes alunos, assim como a não realização de atividades durante o ano letivo.



Figura 1: Foto<sup>8</sup> da turma com dois alunos surdos, 2017/2



Figura 2: Alunos surdos com a auxiliar de comunicação Maria. A foto demonstra a ausência do tradutor de LIBRAS em sala de aula, uma vez que, a auxiliar não está em contato visual total com os alunos surdos.



Figura 3: Aluna surda sem acessibilidade em sala de aula

---

<sup>8</sup> Como não possuo autorização de imagem, todas as fotos estão propositadamente sem foco nítido.

## 4.2 O contato com as fontes

Realizei entrevistas com três pessoas surdas, Amanda, Bia e Carlos. Antes do contato presencial com os entrevistados, elaborei um questionário apenas para nortear nossas conversas. As perguntas principais foram: Como é ser surdo?; Como se sente na escola?; O que você aprendeu nas aulas de História?; Você conhece as leis do povo surdo?; Já sofreu preconceito?; Tu sabes qual é o papel do intérprete de LIBRAS?

Através destas questões houve desdobramentos e elaborei as análises a seguir. O objetivo é reconhecer a identidade surda dos entrevistados, como pessoa surda que reconhece seus direitos legais e culturais. No processo de entrevistas não realizei filmagens e os nomes citados no texto não correspondem aos verdadeiros.

Carlos, 17 anos, é natural e residente de Arroio Grande. Sua família é formada por seus pais, um irmão e uma irmã, sendo ele o filho do meio. Eles residem num bairro próximo ao centro da cidade. A família é proprietária de uma panificadora e os membros da família trabalham atendendo o público e elaborando os itens vendidos.

Não obtive sucesso nas entrevistas que realizei com Carlos porque este não apresenta fluência na Língua de Sinais, o que dificultou a comunicação. Como membro da comunidade surda, foi no mínimo triste não conseguir comunicação com um surdo que supostamente estava matriculado numa escola dita como referência no ensino de surdos. Durante as tentativas de entrevistas, Carlos buscava oralizar e não sinalizar e, quando sinalizava, era movimentando a cabeça positivamente. Apesar da ausência de comunicação quase total, consegui obter algumas informações.

Carlos deseja fazer parte da maioria ouvinte. Ele gritava muito durante as aulas, demonstrando nitidamente a tentativa de participar do grande grupo. Conversamos poucas vezes, contudo, alguns diálogos me marcaram, pois um dos desejos do Carlos era provar que escutava um pouco. Descrevo uma cena: estávamos conversando. Ao longe estava vindo um carro e ele me avisava “escuta o barulho, lá vem um carro... eu escuto um pouco” e continuamos conversando sobre a convivência dele com a família. Uma marca na família de Carlos é a importância do trabalho: “lá em casa todo mundo trabalha na empresa e eu chego do colégio...e começo a trabalhar”. Normalmente ele colabora na fabricação do pão e poucas

vezes fica no atendimento ao público. Dentro disso, pergunto: como é a comunicação com os clientes? E obtenho como resposta: “normal eles sempre querem dois reais de pão, mas, meu irmão está sempre junto comigo no atendimento”.

Observo que o nativo faz leitura labial e oraliza no contato com seus familiares, diminuindo as hipóteses de se identificar como surdo e aprender a língua de sinais.

Portanto, conclui que Carlos apresenta uma

“Identidade Embaçada: é o estereótipos ou ignorância da surdez, como uma questão cultural. Não compreende a fala e nem usam a língua de sinais, assim, são tratados como deficientes, pois, na maioria dos casos, suas famílias desconhecem da cultura surda” (NOGUEIRA & NOGUEIRA, 2018, p. 03).

A segunda entrevistada é Amanda, 17 anos, natural e residente de Arroio Grande. Na sua casa mora ela e mais duas pessoas: sua mãe e sua companheira Bia. Vivem em uma casa cedida por um familiar, com estrutura precária, porque originalmente era uma grande garagem. A renda desta família é um auxílio social no valor de um salário mínimo, o LOUS (Lei Orgânica de Assistência social). Durante as entrevistas estive na casa e conheci a realidade vivida por estas três pessoas, uma vida humilde. Sua mãe abriu uma loja de roupas usadas na primeira parte da garagem para complementar a renda.

Na temática inclusão escolar, busquei identificar sua relação com os colegas, e obtive uma surpreendente resposta: “lá na escola o principal preconceito é porque sou lésbica”. Na rotina escolar, na maior parte do tempo ela ficava isolada.

A interação com a família também é difícil, sendo que os familiares não conhecem a língua de sinais. Desse modo, acabam criando gestos caseiros ou Amanda faz leitura labial.

Durante o processo perguntei como ela descobriu que era surda e se os familiares a reconheciam como tal. Ela não soube informar como se descobriu surda, mas lembra de ir ao médico, colocar um aparelho auditivo, e que sua mãe brigava muito para que ela permanecesse com o mesmo. No entanto, não utiliza nem deseja utilizar, porque, segundo ela, dói muito a cabeça.

Questionei se ela reconhece o papel do profissional tradutor intérprete de LIBRAS na sala de aula, mas não identificou o sinal da palavra intérprete, assim como não conhece o trabalho do tradutor durante as aulas.

Assim, identifico que a nativa não possui influência na sua língua materna, logo a entrevistada informa que na sua escola não há aulas de LIBRAS. Sendo assim, fica evidente que não existe o desenvolvimento da língua sua materna.

Também busquei identificar o papel dela nas atividades alusivas ao surdo no mês de setembro, principalmente o dia 26 de setembro, que é o dia nacional do surdo. Porém, ela não identifica a data nem mesmo sua importância, afirmando que “nem sabia que era dia do surdo dia 26 de setembro, na minha escola não tem nem um cartaz ou festinha”.

Após isso, pedi informações sobre as expectativas para o ano de 2018, porque o ensino médio é um novo ciclo. Ela apresentou entusiasmo, porque já sabe que vai estudar na cidade vizinha, Pelotas, e que nesta escola há um número elevado de surdos, ou seja, apresenta o desejo de reconhecer seus pares. Mas, estava ansiosa porque não possui fluência na sua língua materna, nem sabe como são as aulas com a tradução simultânea. Afirmou que “nesse verão vou estudar bastante LIBRAS”.

Atualmente Amanda está matriculada numa escola municipal de Pelotas no 1º ano do ensino médio, já apresentando certa fluência em LIBRAS e se reconhecendo membro da comunidade surda, demonstrando o papel importante da escola no desenvolvimento dos alunos.

“Dados dessa pesquisa indicam que, na capital do Rio Grande do Sul e região metropolitana, onde se concentra a maioria das escolas de surdos do Estado, 75% dos alunos só têm contato com a língua de sinais quando ingressam na escola. Essa situação não é diferente nas demais regiões, onde a maioria dos alunos surdos tem como opção educacional a escola regular, despreparada para atender às especificidades desses alunos.” (THOMA & KLEIN, 2010, p. 121).

Muito contente, comentou que “Agora nas minhas aulas tem intérprete, sempre tem dois na sala, eles passam tudo para LIBRAS”, ou seja, a escola cumpre as legislações.

Assim como desenvolve atividades vinculadas aos surdos, à inclusão e às minorias, um exemplo da luta por igualdade na sociedade é o projeto de implantação de um terceiro banheiro sem o gênero na escola. Mais uma vez, muito feliz, Amanda

explica: “Minha escola nova é muito legal, meu professor de matemática sabe LIBRAS, quase todos sabem, nunca imaginei isso e não existe preconceito lá, eu e minha namorada estamos sempre juntas, no intervalo, sem problemas”.

Até a entrada nesta escola, em algumas entrevistas Amanda me afirmou desejar ser ouvinte, saber oralizar perfeitamente, apresentando uma identidade de transição.

“Identidade de transição: ou “dês-ouvintização”, é a condição de um surdo que viveu em ambientes distantes da comunidade surda, apenas com o contato ouvinte, vivendo uma transição de sua identidade ouvinte para uma identidade surda, ou da comunicação visual e oral para a visual e sinalizada.” (NOGUEIRA & NOGUEIRA, 2018, p. 03).

Portanto, é com o apoio da escola que se inicia o processo de transição e, hoje, Amanda ama a língua de sinais e nas redes sociais está sempre demonstrando o amor pela sua língua nativa e aos seus colegas surdos. Emocionou-se muito porque os colegas, principalmente os surdos, organizaram uma festa de aniversário para ela. “Tinha até bolo, estava lindo”, afirma. Desta forma, pode-se dizer que está se formando uma identidade surda.

A entrevistada Bia, 22 anos, natural de Gravataí, reside atualmente em Arroio Grande com sua companheira Amanda e sua sogra. As entrevistadas Amanda e Bia são companheiras, conheceram-se nas redes sociais. Este foi o motivo que trouxe Bia para o município de Arroio Grande. Bia não conhece seus pais biológicos, foi adotada por um casal ainda bebê, reconhecendo como seus pais os adotivos, que mensalmente a auxiliam financeiramente com cento e cinquenta reais.

Bia se identifica como surda, ou seja, uma visão cultural surda. Não considera uma doença ser surda, demonstrando sua apropriação cultural e de identidade. Com dez meses Bia já estava aprendendo LIBRAS. Este processo de aprendizagem de uma língua quando se é ainda um bebê conceitualmente é conhecido como estimulação precoce.





Figura 4: Bia aprendendo LIBRAS

Bia afirmou que gosta de ser surda, adora a vida visual que leva e acha muito estranho os barulhos que os ouvintes fazem. Amava estudar na escola específica para surdos, porque existe uma comunicação visual, há cartazes com os sinais em todos os locais, no banheiro, na biblioteca, etc. Já no que tange às legislações brasileiras, sabe da importância dessas, informa que é direito do surdo o intérprete em todos os locais, como na escola, no hospital, em todos os setores públicos e também conta que durante o mês de setembro sempre ocorre atividades na escola.

Na escola havia uma diversidade de atividades visuais, entre elas o teatro. Em um dos nossos encontros, relatou que todo ano ocorre uma apresentação dos países do mundo, e que na última atividade ela participou do grupo da Coreia do Sul, foi de quimono e se apresentou junto com os colegas surdos (todos são surdos nessa escola).

É notável a importância da escola na construção de uma identidade, assim como as diferenças culturais entre as duas são resultado na interação com a família. A família de Bia participava de cursos básicos de LIBRAS e foi através de uma explicação médica que Bia ficou sabendo que era surda. Segundo Bia, “minha família sempre participava das atividades e quando fiquei moça me levaram no médico, ele me explicou porque eu não ouvia. Meus pais sempre me apoiavam e eu sou filha adotiva”. A casa de Bia possuía uma estrutura visual: “na minha casa havia sinais em todos os cômodos e objetos da casa, na geladeira, no banheiro, etc., facilitava na aprendizagem dos meus pais e na minha.”

Estes foram os principais pontos das entrevistas realizadas com Carlos, Amanda e Bia, pessoas surdas que se apresentam socialmente de forma totalmente diferente. Carlos, um surdo que não se sente surdo, acredito que principalmente por

causa da família. Amanda, uma surda com uma identidade totalmente transitória; percebi que nossas conversas foram marcadas pela mudança de postura entre as identidades. E Bia, uma surda com identidade formada enquanto tal e usuária de LIBRAS como sua primeira língua.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após realizar as entrevistas com os nativos, concluí que as identidades surdas são formadas principalmente através da escola, ou seja, o vínculo família e escola desenvolve o sujeito surdo culturalmente, construindo a ideia não patológica do sujeito surdo.

A surda Amanda demonstra o desejo recente de desenvolver a identificação com a cultura, estando feliz na nova escola devido aos seus colegas surdos. Está se sentindo incluída na escola e desenvolvendo sua cultura na escola. Já a surda Bia sempre apresentou um total vínculo com a cultura surda e reconhece todos seus direitos.

No que tange às escolas, aponto que as instituições de ensino são as principais fontes de reconhecimentos dos surdos. Fazendo uma análise entre as duas escolas que os surdos estiveram matriculados no período de pesquisa, observei que a escola municipal de Arroio Grande pouco se envolve com as identificações de surdos, apesar da estrutura burocrática da escola ser exemplar. Percebi haver um distanciamento enorme entre documentos e a realidade, uma vez que nem a comunicação básica os professores possuíam com os alunos. Nesta escola também senti a falta de coletividade entre os profissionais da área de LIBRAS, visto que a profissional de fato responsável pela educação de surdos nunca esteve presente durante minhas observações.

Portanto, se os alunos surdos não desenvolveram suas identidades como tais é, sem dúvida, parte do reflexo da omissão da escola frente a essa situação. Em se tratando de alunos surdos, o contato visual é de suma importância e não havia no prédio da referida escola nenhuma comunicação visual, nem mesmo na sala dos alunos surdos.

Ao contrário da escola de Arroio Grande, a escola municipal de Pelotas se estrutura para realmente atender a estes alunos, havendo servidores como intérpretes, e que estão presente em todas as aulas. Os professores conhecem e se comunicam através da LIBRAS e a instituição de ensino faz parceria com a associação de surdos no município. Portanto, desenvolve as identidades surdas e a cultura surda nos alunos.

O objetivo este trabalho não é esgotar o assunto, mas fomentar o desenvolvimento de mais pesquisas na área da surdez, como: identidade surda,

cultura surda e principalmente na educação surda, pois, como observei, a escola é peça fundamental no processo de identificação dos surdos com seus pares.

## BIBLIOGRAFIA

ARANHA, M. S. **Educação inclusiva: a escola**. Brasília: MEC - Secretária de Educação Especial, 2004.

GESSER, A. **LIBRAS? que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

KARNOPP, L., KLEIN, M., & LUNARDI-LAZZARIN, M. L. **Cultura Surda na Contemporaneidade:** negociações, intercorrência e provocações. Canoas: ULBRA, 2011.

LARAIA, R. d. **CULTURA:** um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2001.

MADEIRA, T. A trajetória dos tradutores e intérpretes de LIBRAS de Pelotas e região sul. In: S. L. Cleusa Ines Ziesmann. **Reflexões, experiências e estudos da LIBRAS na perspectiva da educação**. Santa Maria: Editora e Gráfica Curso Caxias, 2018.

NOGUEIRA, R. M., & NOGUEIRA, V. T. **Os conceitos de surdez e identidade surda:** uma introdução. Bahia: UNILAB, 2018.

Projeto Político Pedagógico, 2018.

ROCHA, A. L., & ECKERT, C. Etnografia: Saberes e Práticas. In: C. R. Barcellos Guazzelli. **Ciências Humanas:** pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

SILVA, L. D. **Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS**. Curitiba: Editora Fael, 2010.

STROBEL, K. **História da educação desurdos:** Material didático para curso de licenciatura. Florianópolis, 2009.

THOMA, A. d., & KLEIN, M. **Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil**. Pelotas: Cadernos de Educação - UFPel, 2010.

URIARTE, U. M. **O que é fazer etnografia para os antropólogos**. São Paulo: Ponto Urbe, 2012. p. 1-13,

Brasília. Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 e Lei 10.436, de 24 de abril de 2002.  
**Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, D F.

